

**Glucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)**

Diálogos sobre Inclusão 3

Atena
Editora
Ano 2019

Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-364-4 DOI 10.22533/at.ed.644192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” no volume III, organizou, na ótica da educação inclusiva, 22 artigos de cunho teórico-prático, metodologias de ensino e aprendizagem, que visam incluir pessoas, que são de alguma forma, excluídas da sociedade devido sua deficiência, gênero, raça ou etnia.

Pois entendemos, e fica provado pelas pesquisas aqui apresentadas, que é na sala de aula no ambiente escolar que o terreno se mostra fértil para sensibilizar a sociedade sobre o respeito e a responsabilidade de todos quando o assunto é diversidade e inclusão social.

Contudo, no grupo de estudos sobre pessoas com surdez, observa-se que apesar da obrigatoriedade legal que assegura a criança surda o direito de uma educação especializada que a alfabetize nas duas línguas -português e LIBRAS - a partir das salas de atendimento especializado, na prática não acontece e depende do educador a responsabilidade de todo o processo.

Já para os grupos de pessoas com altas habilidades e etnicorraciais os projetos pedagógicos e interdisciplinares conseguem atingir resultados que impactam não só a sala de aula como a comunidade local.

Percebe-se que o caminho para inclusão social- especialmente de pessoas com deficiência - é longo e deve começar de forma incisiva nos bancos escolares. E por isso esta coletânea torna-se um instrumento de alerta, só nos tornamos uma sociedade inclusiva quando todas as nossas crianças conseguirem chegar em suas escolas e entenderem a linguagem que o professor está falando.

Nós esperamos que os artigos escolhidos possam nortear todos os leitores em seus projetos educacionais, sociais e profissionais e estimular a sociedade a olhar para a inclusão como uma ação de responsabilidade individual, coletiva e globalizada.

Glaucia Wesselovicz

Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO INSTRUMENTO INCLUSIVO: CONTAGEO E ADAPTAÇÃO DE LIVROS INFANTIS PARA DEFICIENTES VISUAIS	
Francisca Nailene Soares Vieira Martha Milene Fontenelle Carvalho Francisca Raquel Miguel de Sousa Rosane Santos Gueudeville Acreciana de Sousa Melo Fernanda Maria da Silva Cardeal	
DOI 10.22533/at.ed.6441928051	
CAPÍTULO 2	9
A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mirtes Aparecida Almeida Sousa Dorivaldo Alves Salustiano Eliane Fernandes Gadelha Alves	
DOI 10.22533/at.ed.6441928052	
CAPÍTULO 3	20
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL	
Joel Nunes De Farias Luandson Luis Da Silva Hosana Souza de Farias Nadjeana Ramalho da Silva Samilly dos Santos Bernardo Luis Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Elenith Jussiêr de Lima Silva Ivanildo Severino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6441928053	
CAPÍTULO 4	30
A IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A VIDA DO PORTADOR DE SÍNDROME: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Estoécio Luiz do Carmo Júnior Rosélia Maria de Sousa Santos Brenda Oliveira Ferreira da Silva Adriana Silvino de Araújo Emanuel Heliomar Medeiros de Sousa José Ozildo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6441928054	

CAPÍTULO 5	39
A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE CRATO	
Daniela Valdevino Lima	
Luiza Valdevino Lima	
Geórgia Maria de Alencar Maia	
Valquíria Carneiro da silva	
Acreciana de Sousa Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6441928055	
CAPÍTULO 6	48
A INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS AMPUTADOS POR MEIO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA	
Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
Kelly Silva Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6441928056	
CAPÍTULO 7	59
ACOMPANHAMENTO NEUROPSICOPEDAGÓGICO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE COMPORTAMENTO	
Bianca Cristina Leal	
DOI 10.22533/at.ed.6441928057	
CAPÍTULO 8	66
ALUNA DE BAIXA VISÃO NA DISCIPLINA DE LIBRAS COM MEDIAÇÃO DO INTÉRPRETE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Lana Carol de Sousa Martins	
Luana Fernandes Magalhães	
Sarah Maria Oliveira	
Terezinha Teixeira Joca	
Marilene Calderaro Munguba	
DOI 10.22533/at.ed.6441928058	
CAPÍTULO 9	77
CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS IFS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES ATENDIDOS PELO NAPNE DO IFS/CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	
Laila Gardênia Viana Silva	
Danise Vivian Gonçalves dos Santos	
Maria Aparecida da Conceição Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6441928059	
CAPÍTULO 10	88
CULTURA AFRO-BRASILEIRA: A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE ATRAVÉS DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA NA COMUNIDADE CIDADE DE DEUS	
Carlos Alberto Da Silva Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.64419280510	

CAPÍTULO 11	99
DIÁLOGOS ENTRE A LITERATURA E A ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Andrialex William da Silva	
Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães	
Tarcileide Maria Costa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.64419280511	
CAPÍTULO 12	109
DIFICULDADE DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS ESPECIAIS -OBSERVAÇÃO EM UMA SALA DE AULA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PARAÍBA	
Manuela Patrício Menezes	
Franciely Silva Apolinário	
Maria José Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.64419280512	
CAPÍTULO 13	118
DISCUSSÕES SOBRE A LUDICIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	
Luiza Valdevino Lima	
Daniela Valdevino Lima	
Geórgia Maria de Alencar Maia	
Valquíria Carneiro da Silva	
Cássia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.64419280513	
CAPÍTULO 14	126
EXPERIÊNCIA INCLUSIVA DE UM ALUNO COM TEA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO	
Fabyana Soares de Oliveira	
Ana Aparecida Tavares da Silveira	
Sára Maria Pinheiro Peixoto	
Marcilene França da Silva Tabosa	
Maria Aparecida Dias	
DOI 10.22533/at.ed.64419280514	
CAPÍTULO 15	133
HIPÓXIA NEONATAL E A EXPERIÊNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.64419280515	
CAPÍTULO 16	140
LINGUAGENS ARTÍSTICAS E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gilvânia Maurício Dias de Pontes	
Lucineide Cruz Araújo	
Natália Medeiros de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.64419280516	

CAPÍTULO 17	151
O ENSINO DE ARTES COMO INSTRUMENTO MOTIVADOR DA APRENDIZAGEM PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES	
Fabiane Cristina Favarelli Navega	
DOI 10.22533/at.ed.64419280517	
CAPÍTULO 18	160
O TRATO DA QUESTÃO ÉTNICORRACIAL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	
Raquel de Oliveira Mendes	
Rodrigo Bozi Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.64419280518	
CAPÍTULO 19	172
O USO DA BIOMECÂNICA E ANATOMIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM ESCOLA DA ZONA RURAL DO CARIRI PARAIBANO	
Breno de Sousa Moreira	
Diego Gomes da Silva	
Aellyson Cordeiro de Melo	
Washington Almeida Reis	
DOI 10.22533/at.ed.64419280519	
CAPÍTULO 20	183
SABERES E PRÁTICAS EM ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Artur José Braga de Mendonça	
Izabeli Sales Matos	
DOI 10.22533/at.ed.64419280520	
CAPÍTULO 21	194
SENSIBILIZAÇÃO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DE CINEBIOGRAFIAS: O CASO DA SUPERDOTAÇÃO DO MATEMÁTICO RAMANUJAN	
Clemir Queiroga de Carvalho Rocha	
Vicente Francisco de Sousa Neto	
Vera Borges de Sá	
Denise Maria de Matos Pereira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.64419280521	
CAPÍTULO 22	203
UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUANDO O FATOR LIMITANTE SE TRANSFORMA EM FATOR MOTIVACIONAL DA ESTRATÉGIA DIDÁTICA	
Fabio Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.64419280522	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	211

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE CRATO

Daniela Valdevino Lima

Universidade Regional do Cariri, Crato – CE

Luiza Valdevino Lima

Universidade Regional do Cariri, Crato – CE

Geórgia Maria de Alencar Maia

Universidade Regional do Cariri, Crato – CE

Valquíria Carneiro da silva

Centro Universitário Leonardo da Vinci, Juazeiro do Norte– CE

Acreciana de Sousa Melo

Secretaria Municipal de Educação, Crato – CE

RESUMO: A educação de Surdos vem ganhando destaque nos últimos anos, e o número de alunos matriculados no ensino regular vem crescendo cada vez mais. Apesar da inclusão dos Surdos estar evoluindo, a comunidade surda acha mais adequado o uso da pedagogia Surda para o seu desenvolvimento ser mais eficaz. Com o presente trabalho objetivou-se pesquisar sobre a inclusão de alunos Surdos em duas escolas do município de Crato no estado do Ceará. Para coleta de dados foram aplicados dois questionários um para as crianças Surdas, e o outro para os professores dos alunos. A partir dos resultados obtidos concluiu-se que é necessário envidar esforços para a educação de Surdos nas escolas estudadas, para que assim as crianças obtenham um aprendizado eficiente acompanhado de um bom desenvolvimento

cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Libras, pedagogia, surdos, lei.

ABSTRACT: The Deaf education is gaining attention in recent years, and the number of students enrolled on regular education is growing more and more. Despite inclusion of the Deaf is evolving, the Deaf community thinks it is most appropriate use Deaf pedagogy for their development be more effective. This work aims to research about inclusion of Deaf students at two schools in Crato city, state of Ceará. For data collect it was applied two questionnaires, one for Deaf students, and another one for the students' teachers. From the results obtained it was concluded that it is necessary to make every effort to Deaf education in the schools whose study was made, so the kids obtain an effective learning associated with a good cognitive development.

KEYWORDS: Libras, pedagogy, deaf, law.

1 | INTRODUÇÃO

A educação para Surdos ao longo do tempo vem ganhando destaque e o número de alunos Surdos matriculados no ensino regular vem aumentando a cada ano, fato que divide a opinião de muitos profissionais da educação

sobre a inclusão (REIS, 2015, p. 16).

Em 2011, o site do jornal Ciência Hoje divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FEMUP), a qual revela que as crianças surdas que frequentam escolas regulares estão em relativa desvantagem com relação àquelas que estudam em escolas bilíngues.

No entanto, infelizmente as escolas bilíngues são poucas, o que faz com que os Surdos tenham que estudar em escolas regulares, como ocorre na região do Cariri, localizada no Sul do estado do Ceará. No referido estado, existe apenas uma escola bilíngue – o Instituto Cearense de Educação de Surdos –ICES, que fica localizado na cidade de Fortaleza. Na carência de escola bilíngue, o Surdo é obrigado a frequentar a escola regular, na qual o aluno é inserido em sala de aula comum juntamente com ouvintes, e terá direito apenas a um Tradutor/Intérprete de LIBRAS, o qual irá fazer a tradução do português para a Libras, e vice e versa.

Segundo Ramos (2011, p. 14), o reconhecimento da LIBRAS como primeira língua no oferecimento do ensino aos Surdos e a inclusão de seus estudos nos currículos dos espaços de formação de professores, trouxe para estes lugares, junto com o atendimento a esta nova exigência, a necessidade de se debruçar sobre diversos estudos voltados para esse tema.

De acordo com dados da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo - FENEIS (2011), no censo escolar de 2003 havia 56.024 Surdos matriculados no ensino básico, 2041 haviam concluído o ensino médio, e 344 estavam no ensino superior. A partir desses dados, percebe-se a importância de não somente garantir o acesso dos Surdos ao ensino básico, mas também promover ações para sua permanência e ascensão no sistema educacional brasileiro.

Segundo os dados do Censo da Educação superior (MEC/INEP), o índice de matrícula de estudantes com deficiência auditiva, passa de 665 em 2003, para 4.660 em 2009, significando um crescimento de 600,7%. A partir de 2007, são coletados dados específicos sobre a matrícula de estudantes com surdez, que registra 444 em 2007 e 1.895, em 2009, representando um crescimento de 326,8%. Assim, o total de estudantes com deficiência auditiva e surdez, corresponde a 6.555, perfazendo um crescimento de 885,7%.

Em termos gerais da educação especial, dados do Censo Escolar indicam um crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns (PORTAL BRASIL, 2015).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo fazer um levantamento a respeito da inclusão de Surdos, em duas escolas da zona rural do município de Crato, objetivando analisar o método de ensino utilizado nessas escolas para com os alunos, a fim de identificar as dificuldades e propor soluções para os desafios encontrados.

2 | METODOLOGIA

A área de estudo escolhida foi uma das zonas rurais do município da cidade de Crato, onde estão inseridas duas escolas, Aderson da Franca Alencar (I) e José Pinheiro Gonçalves (II), localizadas nos bairros Lameiro e Belmonte, respectivamente. As escolas em estudo apresentam 1 e 2 alunos Surdos matriculados, nessa mesma ordem.

Na escola I, o aluno Surdo matriculado está cursando o 3º ano do ensino fundamental e na escola II os alunos cursam o infantil V e 3º ano do ensino fundamental.

Optou-se trabalhar com estas escolas pelo simples motivo de estarem inseridas em bairros próximos, localizados na zona rural e obviamente por apresentarem alunos Surdos matriculados.

A pesquisa foi desenvolvida no período de março de 2016 a setembro desse mesmo ano. Inicialmente foi aplicado um termo de consentimento livre para os sujeitos da pesquisa, tanto para os alunos Surdos, como para os professores.

Para a sua realização, foram aplicados dois questionários um para as crianças Surdas, e o outro para seus professores. Cada questionário, apresentou 6 e 7 perguntas respectivamente, relacionadas ao ambiente de estudo das crianças.

Além das entrevistas realizadas, a metodologia aplicada constou de observações das práticas pedagógicas do professor e condições de trabalho.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Breve histórico da educação especial na rede municipal de ensino de Crato

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (MEC/SEESP, 2007).

O marco histórico da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a direção do mestre francês Eduard Huet (JANNUZZI, 1985, 2004; MAZZOTTA, 2005 Apud. MENDES, 2010, p. 28).

A criação do CENESP disparou ações na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE). Assim, em 1972, foi constituído um Grupo-Tarefa com o objetivo de prestar assistência técnica e pedagógica às instituições que se ocupavam com

a Educação Especial no Estado. “Este foi o passo inicial para a oficialização da Educação Especial no Ceará dentro do sistema Estadual de Educação, embora apenas em 1976 tenha sido oficializada a Coordenação de Educação Especial na SEDUC”. (MAGALHÃES, 2002, p. 19).

Segundo Garcia (2009, p. 29), a história da educação especial no Crato teve início com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Crato), em 06 de março de 1960 incorporando o Instituto de Reeducação Eveline Rolin Lucetti e teve como primeira presidente a Sr.^a Francisca Luna Cruz, que administrou a APAE no período de 1969 a 1983. O autor citado explica que o atendimento a pessoas com necessidades especiais ocorre de duas formas: classes especiais e presença nas salas de ensino regular. As Classes especiais surgiram a partir de 1981 na Cidade do Crato.

Atualmente, na secretaria de educação do município de Crato existe uma equipe responsável pela inclusão, que constitui o setor de inclusão, composto por cinco profissionais: Coordenadora de inclusão, Psicóloga, brailista, Instrutora de libras Surda e uma Intérprete de Libras. Estes vêm atuando no desenvolvimento de atividades voltadas a alunos com necessidades especiais, promovendo a inclusão dos mesmos nas escolas regulares do referido município.

3.2 Escolas bilíngues do Brasil

A escola bilíngue é pensada a partir dos Surdos e para os Surdos. Entende-se que os alunos aprendem com maior facilidade quando os conhecimentos são passados na sua língua natural e por pessoas que saibam, dominam e vivenciam essa língua. Não basta somente ser fluente em língua de sinais, é preciso viver, pensar e sonhar nessa língua para poder construir pedagogias facilitadoras da aprendizagem. A escola bilíngue não se dedica só aos conhecimentos formais exigidos pela Lei de Diretrizes e Base. É uma escola em que a identidade histórica dos Surdos se torna presente e estruturadora (LIRA, 2009, p, 20).

A proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a língua portuguesa. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda. A aquisição da língua de sinais vai permitir à criança, acessar os conceitos da sua comunidade, e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a língua portuguesa, possibilitará o fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo acesso maior à comunicação (KUBASKI & MORAES, 2009, p. 3414).

Porém, apesar da importância de existir escola bilíngue, esta ainda é algo que vem sendo conquistado pela comunidade surda. Pesquisas mostram que a comunidade surda vem lutando por essa causa já faz algum tempo. A carência de escolas bilíngues é evidenciada pela pouquíssima quantidade existente nas cidades brasileiras.

A primeira escola bilíngue para Surdos foi fundada em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. (GOLDFELD, 2002, p. 52). Durante anos, o INES foi a única escola para Surdos, e até hoje é considerada importante referência educacional do Brasil (KALATAI & STREIECHEN, 2012, p. 3). Após a criação do INES, com o passar do tempo foram sendo criadas novas escolas bilíngues pelo Brasil.

As cidades que apresentam escolas bilíngues são: São Paulo – Escolas Municipais de Educação Especial (EMEE) e Instituto Seli de educação para Surdos; Rio de Janeiro – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); Porto Alegre – Escola de Surdos Bilíngue Salomão Watnick; Canoas – Escola de Ensino Municipal e de Ensino Fundamental Vitória; Fortaleza – Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES.

3.3 Escola bilíngue do Ceará: o instituto cearense de educação de surdos – ICES

No Estado do Ceará, O ICES “É a única Instituição Pública Estadual destinada exclusivamente para a Educação de Surdos, além de receber alunos com outros comprometimentos.” (ICES, 2010 - 2012, p. 9). Ainda tem turmas de educação infantil cujas aulas são ministradas por um professor Surdo.

O ICES foi fundado no dia 25 de Março de 1961, e conforme o contexto histórico daquele momento, adotou uma abordagem de ensino oralista, o qual propõe o ensino da língua oral para que o sujeito Surdo se integre ao mundo ouvinte, pressionando o ensino da fala como essencial, algo que lhe desse status, o que não corresponde às condições ideais para que o sujeito Surdo adquira linguagem e forme o pensamento.

Vale salientar que a comunidade surda presente na Instituição utilizava a (Língua de Sinais) LS informalmente. A LS desenvolvida nos pátios e nos corredores da escola tinha influência da LS utilizada no Rio de Janeiro, pois os Surdos adultos frequentemente tinham contato com os Surdos do INES e através das Associações.

Na década de 90, motivado pelas associações, pastorais, Feneis, comunidade surda e pelos professores que naquela época começaram a entrar em contato com as pesquisas sobre a importância da língua de sinais para o ensino dos Surdos, o ICES iniciou seu processo de mudança de uma abordagem oralista até chegar à abordagem bilíngue.

A escola se manteve dentro do modelo oralista até o ano de 2001 e aos poucos, os alunos foram conquistando liberdade de se comunicar em sinais, instrutores Surdos foram contratados para o ensino de LIBRAS e intérpretes também passaram a fazer parte do quadro funcional da escola.

Em 2010, a escola tem em seu registro de matrícula ao todo 500 alunos: 12 na Educação Infantil, 126 no Ensino Fundamental I, 266 no Ensino Fundamental II, 64 no Ensino Médio e 32 na Educação de Jovens e Adultos. A grade curricular e a carga horária são as mesmas do Ensino da Rede Escolar Estadual, tendo como diferencial a disciplina LIBRAS, que está presente em todas as turmas da escola com carga horária

semanal de 4h/a e é ministrada por professores Surdos.

Em 2011 em seu PPP, o ICES (2010-2012, p. 9) se auto define como “uma escola bilíngue para Surdos, com turmas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.”

3.4 Métodos de ensino para alunos com surdez

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, é a forma de comunicação e expressão espaço-visual na qual utiliza-se de gestos manuais, é a língua natural das pessoas que apresentam deficiência auditiva. De acordo com a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

Partindo do pressuposto da inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular, Frias (2010, p. 13) afirma que a inclusão destes, deve contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo.

A escola deverá adotar modelos pedagógicos visando o encontro da realidade dos Surdos, segundo Skiliar (1998, p. 21), condições de acesso à língua de sinais e a segunda língua, à identidade pessoal e social, à informação significativa, ao mundo do trabalho e à cultura surda.

Sabemos que a segunda língua para os Surdos é a língua portuguesa, a qual exige para seu aprendizado, condições de ensino de língua estrangeira (CASARIN, 2011). Portanto o método mais indicado para o ensino de crianças Surdas é através do ensino da língua de sinais como primeira língua e o português como segunda língua.

Kalatai & Streiechen (2012, p. 11) ressaltam que a metodologia realmente desejada pelo povo Surdo é a Pedagogia Surda, visto que as lutas destas pessoas giram em torno da constituição da subjetividade do jeito Surdo de ser, ou seja, da construção de sua verdadeira identidade e consagração de sua cultura, e que só poderá ocorrer no encontro com seus pares.

Segundo Perlin e Strobel (2006, p. 9), a pedagogia Surda requer, portanto, a presença do professor Surdo em salas regulares de ensino assim como nas escolas especiais e Centros de Atendimento Especializado para Surdos – CAES, em tempo integral. São os professores Surdos que ensinam aos Surdos. Este método dá ênfase à educação na diferença por meio da mediação intercultural e respeita a identidade do Surdo.

O Decreto 5.626/05 que regulamenta a lei da Libras, dispõe que, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a educação bilíngue deva ser desenvolvida por intermédio de professores bilíngues.

Dessa forma, o desenvolvimento de linguagem/apropriação da Libras pelos alunos Surdos nos primeiros anos escolares é assegurado e, por conseguinte, garante-

se uma sólida base educacional, uma vez que esta é desenvolvida em uma língua acessível aos alunos (LODI, 2013, p. 54).

Atualmente o método de ensino mais utilizado, na inclusão de alunos com deficiência auditiva/Surdos em sala de aula regular, ocorre da seguinte maneira – A criança Surda é inserida em sala de aula comum com as demais crianças (ouvintes). Para que ocorra o aprendizado do aluno, o mesmo tem direito à presença de um Tradutor/Intérprete de LIBRAS em sala, o qual irá fazer a tradução do português para a LIBRAS.

Desde 2008, com a publicação da nova Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Secretaria de Educação Especial – Ministério da Educação (SEESP/MEC) – (BRASIL, 2008), é notória a mudança que as escolas vêm empreendendo para adequação de seus espaços físicos, mobiliários, materiais, recursos, currículos e, principalmente, formação de sua equipe escolar.

Em muitas escolas da rede municipal pública, já existem salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinadas a alunos com necessidades especiais. Estes devem frequentar as salas comuns de ensino com os demais alunos e receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no turno oposto ao seu horário escolar.

No caso dos alunos Surdos, devem frequentar a sala de AEE no turno oposto, sendo que ao frequentar tal sala, teriam que aprender o português isto é, sua segunda língua, e durante o turno normal em sala de aula comum, deveriam aprender sua primeira língua, a LIBRAS, porém o que acontece na prática, é justamente o oposto. No município de Crato/Ce, são poucas as escolas que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado.

3.5 Resultados da Pesquisa

De acordo com a opinião dos professores entrevistados, apesar de estar acontecendo a inclusão nas duas escolas estudadas, faltam ainda recursos apropriados para que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos realmente aconteça de forma efetiva.

Ressaltam ainda que deveria haver uma formação de professores que levasse em consideração o ensino de alunos com surdez, bem como um curso básico de Libras. Assim, a interação professor/aluno se daria de forma mais natural, sem que houvesse a necessidade de mediação do(a) intérprete para que a comunicação acontecesse, essa prática inclusive, deixaria o aluno mais à vontade.

Com relação à forma de ensino, ambos os docentes declararam não haver distinção em sua metodologia de ensino, devido à presença de um aluno Surdo em sala. Entretanto, foi observado que alguns se preocupam em trazer imagens, para contemplar o aprendizado do discente.

A partir das práticas observadas em sala de aula, verificou-se que alguns professores deixam o aprendizado do aluno sob a responsabilidade do intérprete,

como se este fosse o seu “professor particular”, o que é visto de forma errônea, pois o papel do intérprete já está explícito: interpretar, repassar para o Surdo o conteúdo, do português para a língua de sinais e vice e versa.

Por outro lado, é compreensível que alguns professores se portem desta maneira, uma vez que eles não têm formação específica na área da surdez, como foi relatado por alguns entrevistados, por essa razão se sentem muito angustiados e acabam por deixar a responsabilidade de ensinar para o intérprete de Libras.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, conclui-se que a inclusão de Surdos nas duas escolas ainda não acontece de forma efetiva, pois, apesar de haver a presença do intérprete de Libras, ainda é necessário que haja mudança e adaptação de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional destes alunos.

Inserir um aluno surdo em sala de aula e contratar um intérprete de Libras para ele, não é suficiente. Para a inclusão deles ser eficaz é preciso ainda a oferta de materiais didáticos que sejam acessíveis aos alunos além da promoção de cursos de Libras para os professores de alunos surdos. O poder público poderia investir nessas mudanças o quanto antes, para que assim as crianças surdas tenham um aprendizado semelhante ao das crianças ouvintes.

REFERÊNCIAS

Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. (org): **Simone Ghedini Costa Milanez, Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Andréa Regina Nunes Misquiatti**. – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.

CARDOSO, A. P. L. B. **Políticas de educação inclusiva em tempos de IDEB: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino de Sobral-ce**. 239 p. Mestrado. Acadêmico em Educação, do Centro de Educação/UECE. Fortaleza. 2011. Disponível em: www.jornalciencia.com. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

CASARIN, M.M., **Atendimento educacional especializado para alunos Surdos**. 2011. Disponível em: http://elaineaee.blogspot.com.br/2011/11/atendimento-educacional-especializado_8724.html?m=1. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS. **Quantitativo de Surdos no Brasil**. [online]. [visitado em 02 de abril de 2016]. Disponível em <http://www.feneis.com.br/page/quantitativo.asp>

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> acesso em: 10 de janeiro de 2016.

GARCIA, V. C. B. **Reflexões sobre a educação especial no município do Crato**. Rev. de

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DO CEARÁ (ICES). **Projeto político pedagógico – PPP:** 2010-2012. Fortaleza, 2010-2012. Mimeo

INSTITUTO CEARENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Acesso em 25 de novembro de 2016. Disponível em: //www.ices.seduc.ce.gov.br/index.php/escola/historia

Kalatai, P., Streiechen, E.M., **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil.** 2012

JANNUZZI, G. M. A, 1992, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados. __, 2004, **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**, Campinas, Autores Associados.

KUBASKI, C., MORAES, V. P., **O bilingüismo como proposta educacional para Crianças surdas.** IX Congresso nacional de educação. III Encontro Sul-brasileiro de psicopedagogia, 2009.

LIRA, D. S. **A experiência e opinião dos estudantes surdos nas escolas bilíngues e de inclusão.** (Monografia) Recife, 2009.

LODI, A. C. B., **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**, v. 39, n. 1, p. 49-63, São Paulo, 2013.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Mazzotta 2005, **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, Rev. Educação e pedagogia 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora (Histórico da ed. Especial no Brasil)

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007.

Ministério da Educação – MEC. **Números revelam avanço da política de educação inclusiva no Brasil.** [online]. [visitado em 02 de março de 2016]. Disponível em <http://www.inclusive.org.br/arquivos/19591>

PERLIN, Gladis TeresinhaTaschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

PORTAL BRASIL. **Dados do censo escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** 2015. [online]. [visitado em 02 de março de 2016]. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>

RAMOS, A. C. C. **Ensino de Ciências & Educação de Surdos: Um Estudo em Escolas Públicas.** 119 p. 29,7 cm (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências/IFRJ) Rio de Janeiro. 2011.

SKILIAR, C. **A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças: O caso dos Surdos.** In: SILVA, L. H., AZEVEDO, J. C., SANTOS. E. C. A surdez: um olhar sensível sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-364-4

